

PILATI, Eloisa. Gramática Formal e Ensino: uma entrevista com Eloisa Pilati. *ReVEL*, v. 19, n. 37, 2021. [www.revel.inf.br].

## **GRAMÁTICA FORMAL E ENSINO: UMA ENTREVISTA COM ELOISA PILATI**

Eloisa Pilati<sup>1</sup>

**REVEL – Eloisa, antes de falarmos da relação entre gramática formal e ensino, conte-nos (e a nossos leitores): o que é a investigação em “gramática formal”?**

**ELOISA** – As ciências formais se dedicam à compreensão e à tentativa de explicação dos elementos da realidade por meio de sistemas abstratos. A matemática, a física e a química são exemplos de ciências formais. A linguística formal se enquadra nesse tipo de ciência porque recorre a formulações e proposições abstratas para estudar fenômenos presentes nas línguas naturais. Para explicar melhor o que se entende por “gramática formal”, em termos gerativistas, recorro a explicações do próprio Chomsky, que, em um conjunto de palestras proferidas entre 1978 e 1979 e publicadas no Brasil em 1980, explicava conceitos centrais da Teoria Gerativa. Em sua primeira palestra, intitulada “Mente e Corpo”, Chomsky defendia que a Teoria Gerativa poderia ser desenvolvida no “estilo Galileu”, ou seja, sob uma perspectiva semelhante à usada na física, em que a explicação do universo é realizada por meio de modelos matemáticos. Chomsky (1980: 17) explicava que se interessava em saber

até que ponto e de que maneiras uma investigação mais ou menos na linha do ‘estilo Galileu’ pode nos levar a uma compreensão das bases da natureza humana no domínio cognitivo? Trata-se de saber se é possível ir além de um conhecimento superficial se assumirmos idealizações ambiciosas e construirmos modelos abstratos.

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Departamento de Linguística Portuguesa e Línguas Clássicas.

Chomsky (1980: 19) afirmava que, sob esse ponto de vista, “não é tão importante abarcar um grande número de dados”, mas, sim, “demonstrar que certos princípios com muitas implicações interagem para proporcionar uma explicação para certos fatos”. Penso que esses trechos ilustram o que podemos compreender por “gramática formal”, um tipo de investigação científica que busca ir além da descrição superficial das línguas naturais, por meio da proposição de formulações e teorias abstratas, a fim de captar princípios e propriedades gerais capazes de explicar tanto a aquisição linguística quanto o uso que os seres humanos fazem de sua(s) língua(s).

**REVEL – Como o ensino de Língua Portuguesa no Brasil se relaciona com os estudos em gramática formal? Houve alguma modificação significativa a partir do estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)?**

**ELOISA** – Não obstante haver registros de estudos que estabelecem o diálogo entre teoria gerativa e a educação básica no Brasil desde as décadas de 70 e 80, é possível dizer que, de forma sistemática e com uma abrangência mais ampla no território nacional, apenas nos últimos 10 anos a gramática formal tem se aproximado mais das questões relacionadas ao ensino. Talvez, pelo fato de essa aproximação mais efetiva ser relativamente recente, seja possível afirmar que *não* há influências significativas dos pressupostos da Teoria Gerativa nos documentos oficiais. Tenho pesquisado esse tema há 12 anos, penso que a ausência de certos conceitos típicos da pesquisa formalista nos documentos oficiais pode prejudicar a formação de professores e o ensino de língua portuguesa na educação básica (Pilati, 2017, 2019, 2020).

Um exemplo categórico da influência reduzida das descobertas feitas por estudos biolinguísticos (linguística formal e psicolinguística) nos documentos oficiais revela-se no próprio conceito de língua apresentado pelos PCNs e pela BNCC. Nesses dois documentos, língua é definida como

um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só a conhecer as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. A linguagem verbal possibilita ao homem

representar a realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva vínculo muito estreito com o pensamento (PCNs, 1998, p. 24).

Na BNCC, afirma-se textualmente que a perspectiva adotada é “enunciativo-discursiva”, a mesma dos PCNs, e que, nesse sentido, “linguagem” é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história (BRASIL, 1998, p. 20)” (BNCC, 2018, p.67)

Como se atesta pela citações acima, estão totalmente excluídas dessas formulações conceitos consolidados no campo da biolinguística, tal como o conceito de “Faculdade da Linguagem”. Esse apagamento nos documentos oficiais impede que os brasileiros possam aprender que as línguas naturais fazem parte de nossa dotação genética, que essa habilidade nos caracteriza como espécie. Em uma passagem ou outra desses documentos, percebem-se referências vagas e desconexas a certos termos típicos do gerativismo, tais como “estrutura profunda e estrutura superficial”, mas isso não pode ser encarado como influência significativa. Essa lacuna nos documentos oficiais esvazia a formação de professores e empobrece discussões sobre o próprio conceito de gramática, dimensões psicolinguísticas envolvidas no processo de ensinar e aprender línguas, aquisição e aprendizagem, diferenças entre primeira e segunda língua, semelhanças e diferenças entre fala e escrita, preceitos incorretos das gramáticas tradicionais e até mesmo sobre língua e sociedade. Vale dizer que não se trata de defender a inclusão dessas informações pela simples defesa da inserção dos pressupostos da Teoria Gerativa, trata-se de evitar que se ignorem fundamentos com base científica sólida, que permeiam as discussões em nível mundial desde a “Revolução cognitiva”, na década de 60, e que são capazes de ajudar a dirimir diversas dúvidas e a resolver problemas que historicamente marcam o ensino de língua portuguesa no Brasil.

**REVEL – Você considera que os estudos linguísticos em nível acadêmico devem necessariamente dialogar com a prática de sala de aula de ensino de línguas em todos os níveis da educação formal?**

**ELOISA** – Tanto os estudos linguísticos mais teóricos ou experimentais quanto estudos sobre processos de aprendizagem e sobre práticas acadêmicas devem fazer parte da academia e devem dialogar quando houver pontos de convergência ou de interesse. Defendo a coexistência dos dois tipos de pesquisa na academia. O diálogo entre as áreas (pesquisas em ciência básica e pesquisas sobre processos de aprendizagem, por exemplo) é sempre bem-vindo, mas não irá ocorrer sempre. Assim como a ciência básica tem seus métodos e temas de investigação particulares, os estudos sobre o processo educativo e sobre a prática de sala de aula também possuem questões específicas igualmente complexas. Talvez não seja útil às discussões na escola levar adiante debates sobre as diferenças entre a Teoria Padrão, o modelo de Princípios e Parâmetros e o Modelo do Programa Minimalista, esse é um debate relevante para a pesquisa básica. As pesquisas sobre a prática de sala aula, por sua vez, dialogam com questões relacionadas ao processo de aprendizagem, à pedagogia, à didática e, cada vez mais, às ciências cognitivas. A troca de informações entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, por assim dizer, deve ocorrer sempre que uma área puder ajudar a iluminar aspectos de outra área. Lobato (2015/2003, p. 26) apontou vários temas consolidados nas pesquisas linguísticas mais teóricas que poderiam beneficiar muito as aulas de gramática. Para citar um exemplo, Lobato menciona o erro das gramáticas tradicionais que apontam orações do tipo “Parece que vai chover” como orações subordinadas substantivas subjetivas. Como se sabe há tempos nos estudos linguísticos, são, na verdade, orações subordinadas substantivas objetivas diretas. Em síntese, as duas áreas são fundamentais para a ciência no país, tanto os estudos básicos, quanto os relacionados aos processos de aprendizagem, que irão dialogar de modo mais direto com as práticas docentes.

**REVEL – Eloisa, conte-nos, por favor, sobre teu projeto de pesquisa, desenvolvido na UnB, “Materiais manipuláveis nas aulas de gramática”, e a importância das neurociências para encontrar uma metodologia mais eficaz para o ensino de gramática.**

**ELOISA** – Esse é um Projeto desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa *Novas perspectivas para a Língua Portuguesa na sala de aula* (CNPQ/UnB) - criado em 2012 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística da UnB (para um

artigo pioneiro nesse sentido ver Pilati, Naves, Guerra-Vicente e Lima Salles, 2011). A pesquisa sobre “Materiais manipuláveis nas aulas de gramática” surgiu devido às descobertas que fizemos, nos últimos anos, na UnB, relacionadas ao ensino de gramática, ao refletirmos sobre o ensino de gramática no Brasil, sem perder de vista as descobertas sobre o processo de aprendizagem desenvolvidas nos últimos 20, 30 anos no campo das ciências cognitivas. Da nossa perspectiva, foi possível constatar objetivamente como o ensino tradicional de gramática não tem utilizado estratégias adequadas. Fundamentalmente, chegamos à conclusão que há muita fragmentação do conhecimento. Os estudantes nunca são expostos ao “sistema linguístico de sua língua” de forma objetiva e sim a um mero conjunto de regras desconexas. Devido à influência milenar da forma tradicional de se construir gramáticas e à ausência de diálogo entre a Teoria Gramatical e o Ensino de Gramática, as listas de regras são sempre mais enfatizadas do que o sistema gramatical. Nessa perspectiva tradicional de se estruturar o conhecimento nas gramáticas normativas, em uma dada aula, estudam-se todos os tipos de sujeito e suas classificações, em outro momento, os tipos de verbos, em outro os processos de concordância. Tudo de forma separada e por meio de apresentações de listas de regras. Basta olhar o sumário de qualquer livro didático no Brasil para verificar como as informações gramaticais são apresentadas de forma totalmente desconectada. A gramática fica parecendo um “conjunto de fatos desconexos” e isso não se transforma facilmente em conhecimento utilizável. Usando o conhecimento formalista, desenvolvemos estratégias para evidenciar esse sistema por meio de seus princípios gerais e mais amplos. No entanto, esse sistema linguístico é um sistema abstrato, por isso, perceber sua existência não é trivial. Para buscar solucionar esses dois problemas - a organização estruturante do sistema e a percepção de sua organização abstrata, regida por princípios gerais – propusemos, em 2017, que fossem usados materiais manipuláveis nas aulas de gramática para evidenciar o funcionamento organizado das gramáticas das línguas naturais. Trata-se de uma proposta original na área, por usar esses materiais para evidenciar o sistema linguístico. Por meio desses materiais, é possível evidenciar fenômenos e relações gramaticais e trazê-los concretamente à visualização e manipulação por parte dos estudantes. Contextualizam-se discussões gramaticais e tornam o aprendizado algo mais visível.

Sobre a importância das descobertas das ciências cognitivas para o processo educacional, vale dizer que, graças aos avanços nas tecnologias não invasivas, nunca soubemos tanto sobre o funcionamento do cérebro e sobre o processo de aprendizagem, cientificamente falando (cf. Bransford & Brown; Cocking, 2007). A cada dia, há mais publicações nessas áreas e a defesa de práticas educacionais fundamentadas em evidências científicas. Essa é uma área bastante promissora, que pode contribuir muito com a educação nacional. A investigação e análise de hipóteses educacionais por meio de métodos experimentais é uma tendência mundial na educação, sendo já desenvolvida em algumas universidades brasileiras, e que requer mais atenção e financiamento público.

**REVEL – Temos a impressão de que há um interesse recente e crescente na relação entre os estudos de linguística formal e o ensino de línguas no país; e vemos isso com a publicação de livros e artigos recentes sobre o tema. Você poderia indicar para nossos leitores alguns livros e textos que tratam da relação entre gramática formal e ensino?**

**ELOISA** – Realmente, há um interesse crescente nessa área, o que é muito importante e desejável. Há diversas publicações interessantes, inclusive um artigo recente de Noam Chomsky e Angel Gallego em 2019. Comentarei brevemente a seguir as minhas três preferidas. A primeira, sem dúvida, é a publicação de Lucia Lobato (2015), que reúne textos da autora publicados em 1976 e em 2003. Essa obra aponta elementos fundamentais para o debate sobre linguística e educação, tais como reflexões sobre a formação de professores no campo da linguística, a importância do conhecimento sobre Faculdade da Linguagem para a educação linguística, relações entre fala e escrita etc. Outra obra muito inspiradora são as de Franchi (1991, 2006), que trazem à tona elementos fundamentais para o ensino de línguas, propondo, por exemplo, que se levem questões de ambiguidade para a sala de aula e discutindo a criatividade linguística. E a terceira, para citar uma publicação mais atual, é o livro *Experimentando linguística na escola: conhecimento gramatical, leitura e escrita* (2020), uma publicação com o professor Marcus Maia (UFRJ), o professor Tom Roeper da (Universidade de Massachusetts) e que conta com minha participação.

Essa obra é cientificamente relevante porque busca evidenciar de que forma as descobertas científicas do campo da gramática formal e experimental (Teoria Gerativa, Psicolinguística) e outras ciências cognitivas podem ser levadas para a sala de aula e contribuir para o desenvolvimento linguístico dos estudantes, articulando reflexões sobre gramática, leitura e escrita.

## REFERÊNCIAS

- BRANSFORD, John D.; BROWN, Ann L.; COCKING, Rodney R. (Orgs.). *Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola*. Tradução Carlos David Szlak. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BRASIL. Secretaria De Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: SEF, 1997.
- BRASIL. MEC/Secretaria De Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2020.
- CHOMSKY, Noam. *Regras e representação: a inteligência humana e seu produto*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980.
- CHOMSKY, N.; GALLEGO, Ángel J. The Faculty of Language: A biological object, a window into the mind, and a bridge across disciplines, 2019.
- FRANCHI, Carlos. *Criatividade e gramática*. São Paulo: SEE/ CENP, 1991.
- FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- LOBATO, Lúcia. *Linguística e Ensino de Línguas*. Brasília: Editora UnB, 2015.
- PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana; GUERRA VICENTE, Helena; LIMA-SALLES, Heloisa. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. In. *Linguagem e Ensino*, v.14, n.2, p.395-425, jul./dez, 2011.
- PILATI, Eloisa. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes Editores, v. 1. 2017.
- PILATI, Eloisa. Conhecimento e biologia na escola dentro de uma abordagem congregadora. In: BOECHAT, Alessandro; NEVINS, Andrew. (Orgs.) *O apelo das árvores*. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- PILATI, Eloisa. “Sobre o uso de materiais manipuláveis nas aulas de gramática, aprendizagem ativa e metacognição” In: Guessser, S. & Reich, N. *Gramática, aquisição e processamento linguístico*. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- ROEPPER, Tom; MAIA, Marcus; PILATI, Eloisa. *Experimentando linguística na escola: conhecimento gramatical, leitura e escrita*. Campinas; Pontes Editores, 2021.